ESTADO DO PIAUÍ
MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

RECONSTRUINDO CAMPO MAIOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008.078/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023-SEINFRA
CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02.2509/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR–PI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E A EMPRESA ECON CONSULTORIA & PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ/MF n.º 15.529.221/0001-29 PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO AÇUDE GRANDE, ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS E ESTUDO DE IMPACTO DAS OBRAS DE REFORMA DA AVENIDA SANTO ANTÔNIO, ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO E TRANSPLANTIO DAS CARNAÚBAS A SEREM ALOCADAS NA AVENIDA SANTO ANTÔNIO, ELABORAÇÃO DE DESCRITIVO TÉCNICO AMBIENTAL REFERENTE À INTERLIGAÇÃO DE 09 (NOVE) RUAS À AVENIDA ALOÍSIO PORTELA.

Por este instrumento particular, **O MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR-PI,** pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com sede administrativa na Av. Edimar Pinto, S.N., 64.280-000 Bairro São Luiz, Campo Maior - PI, CNPJ n.º 31.331.771/0001-95, neste ato representada pelo seu Secretário Municipal Sr. Manoel Peres dos Santos Neto, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 217.770.553-34, residente e domiciliado(a) nesta cidade, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa ECON CONSULTORIA & PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 15.529.221/0001-29, estabelecida na Rua Joaquim Ribeiro de Carvalho, nº 13, Parque das Estrelas, Campo Maior-PI, CEP 64280-000, neste ato representado pelo Sr. Diêgo Ribeiro Chaves, portador do CPF nº 018.424.513-32, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e justam firmar o presente contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes, mediante as disposições expressas nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para elaboração do estudo ambiental simplificado da obra de urbanização da orla do açude grande, elaboração do plano de gerenciamento de resíduos e estudo de impacto das obras de reforma da Avenida Santo Antônio, elaboração de plano de manejo e transplantio das carnaúbas a serem alocadas na Avenida Santo Antônio elaboração de descritivo técnico ambiental referente à interligação de 09 (nove) ruas à Avenida Aloísio Portela, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Campo Maior-PI.

Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023-SEINFRA e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. Pela execução dos serviços ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor total de **R$ 20.883,48 (vinte mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos).**

Cláusula Quarta – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão, conforme classificada abaixo:

Unidade Orçamentária	02.13.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Projeto Atividade	15.451.0026.1113 – REVITALIZAÇÃO URBANA DO AÇUDE GRANDE
Elemento de Despesa	4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte	500 – ORDINÁRIO
Valor Previsto	R$ 10.433,48

Unidade Orçamentária	02.13.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Projeto Atividade	15.451.0026.1667 – CONST. AMP. E REF. DA AVENIDA SANTO ANTÔNIO
Elemento de Despesa	4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte	500 – ORDINÁRIO
Valor Previsto	R$ 10.450,00

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA:

5.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 03 (três) meses, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de acordo com as conveniências deste município e de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas demais alterações.

Cláusula Sexta– DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Os serviços objeto deste contrato são atividades auxiliares e singulares à atuação dos agentes públicos do município de Campo Maior – PI, e serão executados em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA e de acordo com o Termo de Referência do processo em epígrafe.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO:

7.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, com atendimento de todas as exigências deste contrato, em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO.
7.2. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.
7.3. A contratante, quando da efetivação do pagamento, exigirá do contratado a documentação de regularidade em relação à Fazenda Federal, INSS e FGTS, sob pena da não efetivação do pagamento.
7.4. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

Cláusula Oitava – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:
8.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

Cláusula Nona – DA FISCALIZAÇÃO:
9.1. A Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos serviços executados, conforme segue:
9.1.1. Juízo formado sobre o andamento dos serviços, tendo em vista o cumprimento de prazos exigidos pelos órgãos de controle pelas leis regulamentares;
9.1.2. Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para a autoridade superior;
9.1.3. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA;
9.1.4. Determinação de providências para o cumprimento das obrigações;
9.1.5. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

Cláusula Décima – DO REAJUSTE DO PREÇO
10.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, exceto se prorrogado e ultrapassar 12 (doze) meses e for de interesse entre as partes, sendo, portanto, passível de ser reajustado no momento da renovação deste, tomando como base o índice oficial da variação de preços, o IGPM-FGV;
10.2. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

Cláusula Décima Primeira – DO RECEBIMENTO DOS SERVICOS:
11.1. O recebimento dos serviços será feito pela CONTRATANTE, após verificação da sua perfeita execução, onde será atestado o cumprimento da obrigação assumida.

Cláusula Décima Segunda – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

12.1. Constituem direitos de a Contratante receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

12.2. Constituem obrigações da Contratante:

12.2.1. Efetuar o pagamento ajustado; e

12.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, comunicando possíveis irregularidades ao setor competente;

12.2.3. Fiscalizar a qualidade dos serviços a serem executados, inclusive quanto ao cumprimento das leis que regem o objeto deste contrato;

12.2.4. Designar um servidor responsável pela fiscalização/execução do contrato devendo ser lotado no Setor responsável;

12.2.5. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas do contrato;

12.2.6. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, poderá descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

12.3. Constituem obrigações da Contratada:

12.3.1. Apresentar a fatura/medição dos serviços executados na forma ajustada;

12.3.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

12.3.3. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da Contratante, relativamente aos serviços executados;

12.3.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante;

12.3.5. Executar as atividades em conformidade com o descrito no presente contrato com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;

12.3.6. Considerar as decisões ou sugestões do gestor sempre que as mesmas contribuírem de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;

12.3.7. Fornecer mão-de-obra profissional qualificada e habilitada;

12.3.8. Disponibilizar dados, fotos, relatórios ou qualquer outro tipo de informação a terceiros somente com autorização do gestor;

12.3.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações ou orientações se obriga a atender prontamente;

12.3.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros em virtude do objeto do contrato a ser firmado;

12.3.11. Não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da contratante;

12.3.12. O CONTRATADO desempenhará os serviços enumerados na cláusula 1ª com todo zelo, diligência, honestidade e impessoalidade, observada a legislação vigente, resguardando os interesses da CONTRATANTE;

12.3.13. A Contratada colocará a disposição da Contratante, profissionais qualificados para executarem os serviços, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Quinta;

12.3.14. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venha a sofrer o patrimônio da CONTRATANTE, em razão de ação ou omissão de prepostos da CONTRATADA, ou de quem em seu nome agir;

12.3.15. Não transferir a outrem, em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
12.3.16. Refazer, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independente de justificação por parte desta, qualquer objeto que seja julgado insatisfatório à repartição ou ao interesse do serviço público;
12.3.17. A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição dos serviços executados, competindo-lhe também, a dos serviços que não aceitos pela fiscalização da Contratante deverão ser refeitos.

Cláusula Décima Terceira – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:
13.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Quarta – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

14.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da referida lei;
14.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
14.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Décima Quinta – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

15.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes.
15.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará ao contratado à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:
15.2.1. 0,3% (três décimos por cento), por dia que exceda o prazo para execução dos serviços, objeto desta licitação, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo.
15.2.2. 2% (dois por cento), após ultrapassado o prazo do item 15.2.1.
15.3. As multas a que se refere este item incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
15.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o município poderá aplicar as seguintes sanções:
15.4.1. Advertência;
15.4.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias após o prazo previsto item 15.2.2, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
15.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e
15.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.4.5. A aplicação da sanção prevista no item 15.4.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 15.4.2 e 15.4.3, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
15.5. As sanções previstas nos itens 15.4.1, 15.4.3 e 15.4.4, poderão ser aplicadas conjuntamente com item 15.4.2, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
15.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 15.4, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação, para as providências cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – DOS CASOS OMISSOS:
16.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Sétima – PUBLICAÇÃO
17.1. Será publicado na imprensa oficial, o resumo deste contrato, nos termos do artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Oitava – DO FORO:
18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Maior, Estado do Piauí, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campo Maior - PI, 25 de setembro de 2023.

Manoel Peres dos Santos Neto
Secretário Municipal de Infraestrutura
CONTRATANTE

ECON CONSULTORIA & PROJETOS AMBIENTAIS LTDA
CNPJ/MF n.º 15.529.221/0001-29
CONTRATADA

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

ESTADO DO PIAUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, o PREFEITO MUNICIPAL, CONVOCA os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado para os cargos de Agente de Atividade Educacional para atuar junto ao Programa AVANÇA EDUC 2023 nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Edital Nº 002/2023, de 10.04.2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios Nº 4788, de 11.04.2023, conforme homologação do resultado final, publicado no Diário Oficial dos Municípios Nº 4821 , de 16.05.2023, a comparecer ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada na Av. João Ferreira Nº 555, nesta cidade de Água Branca – PI, no horário das 07h e 30min, até às 13h e 30min. a partir do dia 22 de setembro de 2023, no prazo de 03 dias úteis para a apresentação da documentação necessária, discriminada no Edital Nº 002/2023, do teste seletivo para a área de concorrência, sob pena de ser (em) considerado(s) desistente(s) do Teste Seletivo.

Atenciosamente,

José Ribeiro da Cruz Júnior
Prefeito Municipal

Água Branca – PI, 22 de setembro de 2023.

Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Gabinete da Secretária
Rua Vicente Ferreira de Andrade, S/N – Nova Brasília
Cep: 64460-000 – Água Branca – PI
CNPJ: 06.554.760/0001-27 Fone 86 3282-1414 / Fax: 86 3282 1142

ESTADO DO PIAUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Edital Nº 002/2023

Edital de seleção para o cargo de Agente de Atividade Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação

RESULTADO FINAL

Nº	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
76	YSA KELLY GARCIA MOURA	26,5	Classificada

Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Gabinete da Secretária
Rua Vicente Ferreira de Andrade, S/N – Nova Brasília
Cep: 64460-000 – Água Branca – PI
CNPJ: 06.554.760/0001-27 Fone 86 3282-1414 / Fax: 86 3282 1142

ESTADO DO PIAUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

DECLARAÇÃO

Eu, Emanuel Lopes da Costa Filho, brasileiro(a), RG nº. 3.669.700 / SSP – PI, CPF nº. 064.941.923-16, residente e domiciliado (a) na Rua Antonio Miguel S'queira, 294 - Água Branca - _____ – PI, **DECLARO** para os devidos fins que se fizerem necessários que desisto da vaga de Agente de Atividade Educacional junto ao Programa AVANÇA EDUC 2023, realizado pela Prefeitura Municipal de Água Branca por motivos de falta de disponibilidade.

E por ser expressão da verdade firmo a presente declaração.

Água Branca – PI, 19 de 09 de 2023.

Emanuel Lopes da Costa Filho.
Declarante

Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Gabinete da Secretária
Rua Vicente Ferreira de Andrade, S/N – Nova Brasília
Cep: 64460-000 – Água Branca – PI
CNPJ: 06.554.760/0001-27 Fone 86 3282-1414 / Fax: 86 3282 1142

Id:01AB271A4EE583B5

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

RECONSTRUINDO CAMPO MAIOR

EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2023-SEINFRA. **Objeto:** Contratação de empresa para elaboração do estudo ambiental simplificado da obra de urbanização da orla do açude grande, elaboração do plano de gerenciamento de resíduos e estudo de impacto das obras de reforma da Avenida Santo Antônio, elaboração de plano de manejo e transplantio das carnaúbas a serem alocadas na Avenida Santo Antônio elaboração de descritivo técnico ambiental referente à interligação de 09 (nove) ruas à Avenida Aloísio Portela, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Campo Maior-PI. **Fundamento:** Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93. **Contratada:** ECON CONSULTORIA & PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.529.221/0001-29. **Contrato:** Contrato nº 02.2509/2023. **Valor total do Contrato:** R$ 20.883,48 (vinte mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos). **Data de Assinatura:** 25/09/2023. **Vigência:** 03 (três) meses, a contar da assinatura. **Signatários:** Manoel Peres dos Santos Neto, Secretário Municipal de Infraestrutura de Campo Maior-PI, pela CONTRATATE, e Diêgo Ribeiro Chaves, representante legal da empresa ECON CONSULTORIA & PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.529.221/0001-29, pela CONTRATADA.

www.diarioficialdosmunicipios.org
A divulgação virtual dos atos municipais